

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2024.r5a03>

Recebido em: 28/01/2024

Aceito em: 27/02/2024

INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES SURDOS: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SURDOS DE PORTO VELHO/RO

SCHOOL INCLUSION OF DEAF STUDENTS: WHAT DEAF STUDENTS THINK IN PORTO VELHO/RO

Dulcilene Saraiva Reis

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5297-6302>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3641565591078477>

Doutora em Psicologia

Centro Universitário São Lucas/Afya - Brasil

E-mail: lenereisprof@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar um recorte de um estudo realizado pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Rondônia. A pesquisa teve como temática a formação de professores e a educação de surdos na perspectiva da inclusão e foi realizada no período de 2012 a 2013, em Escolas Públicas no município de Porto Velho/RO, tendo como metodologia a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, do tipo etnográfica. Participaram deste estudo trinta e nove sujeitos, sendo formado por estudantes surdos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, Professores e Tradutores e Intérpretes de Libras. Neste recorte, serão apresentados somente os resultados dos estudantes surdos. Os dados demonstraram que os estudantes surdos não estão satisfeitos com a Escola Inclusiva pelo fato desta não oferecer uma educação bilíngue e que respeite a cultura surda. Consideram que a melhor opção para eles é a Escola Bilingue.

Palavras-chave: Educação de surdos; inclusão escolar; bilinguismo; escola bilíngue.

ABSTRACT

This article aims to present an excerpt from a study carried out by the *Stricto Sensu* Master's in Education Postgraduate Program, at the Federal University of Rondônia. The research theme was teacher training and deaf education from the perspective of inclusion and was carried out from 2012 to 2013, in Public Schools in the city of Porto Velho/RO, using field research as its methodology, with a qualitative approach, of the ethnographic type. Thirty-nine subjects participated in this study, consisting of deaf students from the 6th to the 9th year of Elementary

School, Teachers and Libras Translators and Interpreters. In this section, only the results of deaf students will be presented. The data demonstrated that deaf students are not satisfied with the Inclusive School because it does not offer bilingual education that respects deaf culture. They consider that the best option for them is the Bilingual School.

Keywords: Deaf education; school inclusion; bilingualism; bilingual school.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem sido tema de constantes discussões no cenário educacional. A inclusão de alunos surdos em escolas regulares, juntamente com alunos ouvintes, tem trazido uma série de problemas, pois, não é de hoje que a educação de surdos é acometida pelo fracasso escolar.

Nas escolas especiais o foco era para a oralização, numa tentativa de consertar os estudantes surdos, através de técnicas que os ajudariam a falar. Diante disso, a ideia que se teve foi de que a Escola Especial não era boa para os estudantes com deficiência então, para ter uma educação de qualidade, todos deverão ser incluídos nas escolas regulares. Com o advento da Inclusão, em que os estudantes com deficiência deveriam ser incluídos nas Escolas Regulares, alguns questionamentos se fizeram necessários: será que estes estudantes têm tido uma educação de qualidade? No caso dos alunos surdos, de que forma os professores estão ensinando? Os estudantes surdos estão aprendendo os conteúdos acadêmicos na Escola Regular?

Estas inquietações a respeito da inclusão escolar de estudantes surdos levaram a realização de um estudo desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Rondônia, no período de 2012 a 2013, no município de Porto Velho/RO, com a participação de 39 sujeitos, composto por estudantes surdos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, Professores e Intérpretes. A pesquisa teve como objetivo investigar como estava ocorrendo a inclusão de estudantes surdos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em Escolas Públicas de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Este artigo se propõe a apresentar um recorte da análise dos dados coletados de dezessete estudantes surdos incluídos em Escolas Regulares.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES SURDOS

A inclusão, enquanto proposta de garantia dos direitos dos estudantes surdos a estarem no espaço escolar e de contribuir para o processo de socialização, uma vez que a convivência com os diferentes favorece isso, não significa que este tipo de educação é a ideal para estes estudantes. Existe uma desigualdade no processo ensino e aprendizagem, pois em uma sala que não tem intérprete e o professor não consegue se comunicar com seu aluno pois não sabe a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por exemplo, a informação não vai chegar igual para os dois: surdos e ouvintes. Portanto, os objetivos educacionais não são somente para contribuir com a socialização dos alunos, mas também com o seu desenvolvimento intelectual.

Da mesma forma, não se pode culpar os alunos ouvintes pelas dificuldades que os alunos surdos enfrentam na sala de aula inclusiva. O que está em questão é o respeito às especificidades dos alunos surdos e o Poder Público é responsável por cumprir a legislação brasileira, que é farta no que diz respeito à inclusão. É preciso entender que os surdos são visuais e em uma sala de aula em que a maioria dos estudantes são ouvintes, a queixa de um dos participantes do estudo, de que “ouvinte fala muito, atrapalha muito o surdo, anda muito, cutuca” é passível de acontecer.

Desta forma, a inclusão escolar traz consigo toda esta problemática e acaba excluindo ao propor incluir. Percebe-se que a inclusão é uma tentativa de atender ao sistema e não os surdos, como se vê na fala de um estudante surdo:

Falta de uma política pública para uma inclusão que atenda as reais necessidades dos Surdos, e não do MEC! E uma política pública diversificada, pois, se tem surdo protetizado e oralizado que não querem aprender Libras, é direito deles. Mas, também, é de direito dos Surdos usuários de Libras, serem alfabetizados bilíngues (Reis, 2013. p. 111).

Nesta fala, aparecem duas questões importantes: políticas públicas e atendimento diferenciado. Apesar da legislação ampla, os interesses dos surdos estão aquém do desejado. A Declaração de Salamanca (1994, p. 7) reconhece a importância do respeito à Língua de Sinais (LS), quando declara que esta “deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de

signo”, entretanto, mesmo que existam leis garantindo isso, na prática não é o que acontece, pois a própria inclusão dos surdos em classes regulares junto com ouvintes, sem intérpretes e sem professores bilíngues é uma contradição.

Um ponto interessante expresso na fala do estudante surdo que participou da pesquisa é sobre o respeito que se deve ter aos surdos protetizados, ou seja, que usam aparelho auditivo, é sabido que não são todos os surdos que têm interesse pela Cultura Surda e a Libras. Tem surdos que preferem ser chamados de Deficientes Auditivos e optaram pela oralização. Eles não participam dos movimentos surdos e nem partilham dos mesmos ideais, como a luta pela Escola Bilíngue, por exemplo. Da mesma forma que os deficientes auditivos precisam e devem ser respeitados, ao quererem estar numa escola junto com os ouvintes, os surdos sinalizantes, ou seja, os usuários de Libras, também têm o direito de estudar em uma classe ou escola que respeite a sua cultura bilíngue.

Ao falarem sobre direitos, estes estudantes surdos se referem ao acesso ao conhecimento, no caso da inclusão escolar, com a mesma qualidade com que os ouvintes têm. Esta luta não é para saber mais que o ouvinte, como se isso fosse uma rivalidade declarada, pois existe a crença de que os surdos querem formar guetos, se isolar da sociedade e viverem separados dos ouvintes, ao preferirem uma escola só para eles, como se isso fosse possível. Não é isso que os surdos querem.

Existe esta fronteira entre surdos e ouvintes e ainda entre surdos sinalizantes e os não-sinalizantes, o que é natural em uma sociedade multicultural. Heidegger apud Bhabha (1998, p. 19) diz que “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”, portanto, esta luta que os surdos traçaram é uma tentativa de marcar seu território, não dominá-lo. Muitos surdos se sentem estrangeiros em seu próprio país, conforme relata Skliar (2010, p. 29) “são numerosos e cada vez mais explícitos os testemunhos de surdos que, ao fazerem referência ao seu passado educativo, invocam imagens ligadas ao fato de se verem como estrangeiros, forasteiros, exilados”, ou seja, brasileiros que se sentem sem pátria.

Em outro depoimento são apontadas como dificuldade da inclusão escolar as barreiras na comunicação, seja pelo não conhecimento da Libras pelos professores, seja pelo não conhecimento do surdo pelo português, como se vê neste depoimento: “procurar prestar atenção

e entender na leitura labial, falta de comunicação, suas linguísticas incompreensíveis para entender ou falta de concordância de sinais e verbal, pior barreira educacional para surdos seguirem na inclusão” (Reis, 2013, p. 112).

A Libras é uma língua com estrutura gramatical completamente diferente da Língua Portuguesa (LP) e este é um dos pontos de maior dificuldade tanto para os alunos surdos como para os professores. São dois sujeitos: professor ouvinte e aluno surdo, que habitam o mesmo espaço, porém, cada um com uma língua diferente. Isto é bastante complexo, tendo em vista que o fator comunicação é relevante no processo ensino-aprendizagem e a dificuldade ocorre pelo fato dos professores ouvintes não saberem se comunicar com seus alunos surdos. Um dos questionamentos feitos na pesquisa foi se eles acham que os professores estão preparados para a inclusão dos alunos surdos. A maioria relatou que os professores não estão preparados e que a maior dificuldade é com relação a Libras (Reis, 2013). O bilinguismo ainda é pouco conhecido na Escola Regular, portanto é necessário que a escola crie um espaço de aprendizagem para que os professores tenham acesso à Educação Bilíngue.

3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE: LIBRAS X PORTUGUÊS

O bilinguismo é uma filosofia educacional que tem como princípio o uso de duas línguas e, no caso dos surdos, seria a Libras como língua de instrução, por ser esta a sua língua natural e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, por ser a língua majoritário do País. Quanto mais cedo as crianças surdas forem expostas às línguas de sinais, mas cedo será também o seu aprendizado. Uma vez aprendida, ela será capaz de aprender qualquer outra língua, conforme coloca Lopes (2011, p. 65):

A corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária – ensinada, de preferência, em sua modalidade escrita, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo.

A LP é considerada uma língua artificial para o surdo e seu aprendizado se torna difícil, devendo ser ensinada com a metodologia de segunda língua e, para isso, o surdo tem que dominar uma primeira língua, ou seja, a Libras, pois terá elementos linguísticos suficientes e

necessários para a aquisição de outra língua. Fernandes e Moreira (2009, p. 226) argumentam que:

Os surdos podem ser considerados bilíngues ao dominarem duas línguas legitimamente brasileiras, posto que ambas expressam valores, crenças e modos de percepção da realidade de pessoas que compartilham elementos culturais nacionais. Ocorre que uma das línguas – o português – é a língua oficial e majoritária – enquanto que a outra – a Libras – é uma língua minoritária, que não goza de prestígio social e é utilizada por um grupo restrito de pessoas.

A questão do bilinguismo perpassa pela questão multicultural, pois, conforme Lopes (2011, p. 66) “no caso dos surdos, viver numa condição bilíngue implica viver concomitantemente numa condição bicultural”. A Libras é um artefato cultural da comunidade surda, mas como estão inseridos no contexto oralista, é necessário adquirir também a língua da comunidade majoritária. Lopes (2011, p. 66) coloca que:

Ser bilíngue, por si só, já é tarefa que exige muita energia para os sujeitos que vivem tal experiência, porém ser bilíngue e viver a experiência do biculturalismo é algo extremamente difícil em uma sociedade e em um tempo em que somos chamados a nos identificar dentro de alguns esquemas e identidades.

O bilinguismo é apontado por muitos pesquisadores da área, como Fernandes (2010), Lopes (2011), Sá (2006; 2011) como a melhor proposta educacional para os surdos, por respeitar as especificidades culturais, sociais e linguísticas.

Percebe-se que os surdos reconhecem a importância em aprender a LP e colocam que é através da Libras que vão melhorar este aprendizado. Entretanto, nas escolas regulares inclusivas, na sua maioria, LP é ofertada como primeira língua para o surdo e, desta forma, o aluno surdo sente dificuldade em aprender a LP. Este é um dos problemas da didática empregada para os surdos, que é a mesma para os ouvintes na escola inclusiva.

Não é algo incomum os surdos se queixarem de ter reprovado duas, três ou até quatro vezes de ano. A repetência é um dos resultados da inclusão escolar que é oferecida aos alunos surdos, conforme este relato:

Para mim, a minha adolescência não era tão feliz, porque reprovava mais de 4 vezes de ano, por falta de atenção, principalmente tinha que prestar atenção para ser bem comunicativo. [...] Na adolescência, aqui em Porto Velho/RO, reprovei mais durante dois anos do ensino fundamental definitivamente, por falta de atenção, até quando chegou na minha fase adulta, finalmente a consciência me destacou e resolvi logo para escapar (Reis, 2013, p. 113).

Observa-se o sentimento de culpa assumida pelo aluno, como se as contínuas reprovações na escola fossem resultado de sua falta de atenção. O fato de reprovar quatro vezes afetou a vida deste e de tantos outros surdos que têm histórias semelhantes. Ele coloca que não foi “tão feliz” na adolescência devido à situação constrangedora que vivia na escola inclusiva em que estudou. Em outro depoimento, ele relata que quando estava em outra cidade e estudava com outros surdos, as coisas eram bem diferentes: O começo da minha infância era mais empolgado quando estive na comunidade surda da escola, de Manaus/AM, depois, mudei de escola, receoso e quase deprimido, comecei aprender me acostumar no outro mundo para sobreviver não ser surdo (Reis, 2013, p. 114).

Negar a sua própria identidade para ser aceito em uma comunidade não deve ser algo simples. “Para sobreviver a não ser surdo” é uma frase forte, que exprime todo o sofrimento que passou este sujeito, para ter o direito a uma escolarização. O preconceito sofrido está implícito nesta fala, sendo importante relatar que ao serem questionados se já sofreram preconceito na escola, todos afirmaram que sim e inclusive, pelos próprios professores, conforme este relato:

Eu acho que minha vida escolar, foi a mais difícil das etapas. Principalmente porque não tinha nenhum acompanhamento. E os professores desconheciam a problemática. Eu me lembro de que constantemente era encaminhada para o psicólogo, pois, alegavam que havia algum problema comigo por motivo de eu trocar as letras. Trocava a maioria das letras, demorei a aprender a ler e escrever. Até hoje tenho pânico de ditado (Reis, 2013, p. 114).

Por muito tempo, foram intensas as tentativas de tornar os surdos pessoas “normais” e, com isso, tem-se a ideia de que na escola todos os alunos são homogêneos e deverão seguir aos mesmos padrões, as mesmas condutas e para isso os surdos devem ser conduzidos a esta “normalização”. Sobre isso Dorziat (2009, p. 22) afirma que:

Por apresentar dificuldades em se adequar a esse padrão, baseado num ouvinte único, a pessoa surda foi ao longo do tempo patologizada, obrigada aos mais diferentes tratamentos terapêuticos, visando a sua normalização, ou seja, a possibilidade de ser transformada em um ser ouvinte, estável e imutável. Terapias de fala, treinamentos de resíduos auditivos, técnicas de leitura labial e, mais recentemente, implantes cocleares são as iniciativas mais comuns para trazer a pessoa surda à normalidade.

Não é raro encontrar surdos que têm verdadeiro pânico de fonoaudiólogos e de aparelhos auditivos. Fruto da visão clínica da surdez, em que eles eram obrigados a falar e a ouvir para serem consideradas pessoas “normais”, a herança deste período está presente até hoje. Lopes (2011, p. 9) destaca que:

Durante anos, a surdez ocupou o centro das atenções de experts de diferentes campos do saber. Grande parte de tais experts era fortemente atravessada por discursos clínicos que se impunham na forma de descrever e classificar a surdez e os seus “portadores”. A maioria deles produziu saberes que orientaram grupos a olhar os sujeitos com surdez como capazes de serem “tratados”, “corrigidos” e “normalizados” através de terapias [...] e outras tecnologias avançadas que buscam, pela ciborguização do corpo, a condição de normalidade.

Quando Lopes (2011) coloca que muitos saberes foram produzidos com o objetivo de fazer com que as pessoas tivessem esta visão patológica dos surdos, foi possível perceber que estas são conduzidas a crer que isso realmente é o mais politicamente correto a ser feito: “consertar o surdo”.

Os alunos surdos passam por este processo de “conserto” geralmente desde pequenos, como é o caso deste participante da pesquisa, “os meus pais descobriram minha deficiência auditiva com 4 anos, a partir da minha idade comecei frequentar na terapia cansável de tanto de aprender a fala com voz, me incomodava muito. Acho que valeu a pena pela força (Reis, 2013, p. 115). “Terapia cansável de tanto de aprender a falar com voz”, isso também está presente em conversas informais com os surdos. Ao visitar as escolas pesquisadas, foram presenciadas algumas situações na sala de aula entre o professor e o aluno surdo. O professor, quando se dirigiu ao aluno surdo, falou muito alto, na tentativa de fazer com que o aluno escutasse e entendesse o que ele estava explicando, afinal, como o professor falou, “você usa aparelho para que?”. Em seguida, pediu que o aluno falasse e não usasse as mãos, para que ele, o professor,

compreendesse o que o aluno estava tentando perguntar. Este tipo de situação é comum nas escolas inclusivas, em que tem somente um ou, no máximo, dois alunos surdos incluídos. É comum acreditar que pelo fato de o aluno surdo usar aparelho, todos os problemas da surdez estariam resolvidos. Não é o que diz o participante a seguir:

[...] Hoje na faculdade, por mais que eu use aparelho auditivo e tenha um acompanhamento com fonoaudióloga, fico aflita quando os professores fazem ditados. E mesmo usando o aparelho, não tenho uma compreensão correta, logo, necessito de ajuda das pessoas. E é nesses momentos que muitas vezes conhecemos os dois lados da moeda, ou seja, temos oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, solidárias sem interesse de nada em troca. Enquanto também, encontramos pessoas egocêntricas, que só sabem olhar para o próprio umbigo (Reis, 2013, p. 116).

Mesmo usando o aparelho e sendo oralizado, as dificuldades deste estudante surdo ainda são relevantes. Embora alguns professores já conhecessem o caso deste estudante, ainda assim insistiram em uma didática e currículo voltados exclusivamente para alunos ouvintes.

Olhar a inclusão escolar pelo ponto de vista dos surdos mostra os muitos problemas que ela proporciona a estes alunos: constrangimento, exposição, preconceito, exclusão. E a aprendizagem, onde fica? Já é histórico o fato de a escola não saber lidar com as diferenças e mesmo com o advento da inclusão, ela sempre tenta “homogeneizar” os que são diferentes. Conviver com o diferente não é tarefa das mais fáceis, pois, culturalmente e, porque não, tradicionalmente, as pessoas são treinadas a seguir padrões e modelos prontos.

De fato, é isso o que acontece nas escolas inclusivas, ao propor um currículo para o ouvinte, ao utilizar uma metodologia para estes, ao exigir dos surdos uma compreensão de uma língua que não é natural a eles, no caso, a LP, ao tentar tornar o surdo “normal”. Muitas vezes isso faz com que os próprios surdos se sintam “anormais”. Transformar a diferença, peculiar em qualquer sociedade, como algo negativo, ruim, passível de ser mudado, é o que a escola tem tentado fazer desde sua criação. Lopes (2010) coloca que:

A escola não sabe trabalhar com a instabilidade. Necessita de referências fixas para descrever e educar/disciplinar os sujeitos desiguais. As grandes teorias sociológicas, psicológicas, políticas e outras, possuem a imensa responsabilidade de “tratar” e explicar as diversas transgressões sociais, bem como os fracassos escolares de sujeitos que são considerados, pela escola

moderna, como desajustados, revoltados, incapazes, deficientes, carentes, famintos, com problemas emocionais, etc. Sem esse grande aparato científico, as teorias neoliberais não encontrariam adeptos.

E assim caminha a escola inclusiva. Apesar dos muitos estudos e projetos, envolvendo diversos segmentos da sociedade, utilizando-se de várias narrativas na tentativa de provar que a diferença prejudica a boa imagem das instituições, este modelo de educação ainda precisa ser discutido.

4 ESCOLA BILÍNGUE PARA ESTUDANTES SURDOS

O movimento surdo começou a intensificar as discussões sobre qual seria a melhor escola para os surdos a partir de 2011 e, com isso, a termo Escola Bilíngue tem sido constantemente apresentada, seja nas redes sociais, seja nas faixas em mobilizações, seja nas camisetas que têm a logomarca que os surdos elegeram, em que vem estampada a frase: ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS!

Mas, o que é Escola Bilíngue? Será que os surdos sabem o que significa uma escola ser bilíngue? Diante das respostas obtidas, observou-se que os surdos entendem que esta escola é um direito para eles, que pelo fato da comunicação ser em Libras, isso facilita a aprendizagem, sendo mais fácil aprender junto com outros surdos.

Uma das questões primordiais para a educação de surdos é a valorização da Libras. É esta proposta bilíngue que dará o suporte necessário para a formação acadêmica dos estudantes surdos. Mas, como é esta escola tão almejada pela comunidade surda? Sobre a Escola Bilingue, Sá (2011, p. 21) explica que “a maioria dos surdos (mas não todos, é claro) declara sua preferência pelas escolas específicas: imaginam os benefícios que poderiam usufruir de escolas nas quais a sua cultura e a sua língua fosse a língua de instrução [...]”. Esta necessidade de que os professores conheçam a Cultura Surda se explica pelo fato dos surdos saberem que eles só terão uma educação bilíngue se este professor for também bilíngue. Sendo assim, este professor terá a oportunidade de conhecer as especificidades que permeiam a Cultura e a Identidade Surda.

Ao falar de escola para surdos é intrínseco falar de identidade e diferença. Dorziat (2009, p. 16), embasada nos estudos de Hall (1997), demonstra que “há uma tendência em mudar a antiga concepção de identidades locais para uma visão global hegemônica que, ao mesmo tempo em que tenta destruir as peculiaridades de diferentes culturas, constrói culturas totalizadoras [...]”. Muitos surdos ainda não encontraram a sua identidade surda, não sabem que ela existe, nem sabem que são surdos. Eis o relato de um estudante surdo ao ser perguntado em que momento descobriu a sua identidade surda:

Aos meus anos de adolescência, quando me transferi para escola especial, assim fui aprendendo sinais com os amigos surdos, foi que compreendi e me aceitei como eu sou porque nasci surdo, embora como eu vivi tão alegre e normal, sempre melhor do que viver no outro mundo normal anterior, então já tenho a língua própria de sinais que eu posso e sei viver também, não pode faltar (Reis, 2013, p. 119).

Interessante a afirmação de que ele encontrou sua identidade quando foi estudar em uma Escola Especial, em contato com outros surdos. A partir deste momento, ele compreendeu e aceitou o fato de ter nascido surdo. Este estudante surdo relatou que antes da descoberta de sua identidade, não sabia bem a Libras e não queria que as pessoas soubessem que ele era surdo. A partir da aceitação de sua identidade surda, isso passou a não ser mais um problema em sua vida.

Lopes (2011, p. 21) relata que “[...] convém marcar a diferença entre surdez e falta de audição. Talvez valha perguntar: existe diferença entre surdez e falta de audição? Sim. A diferença está nas noções de normalização e de completude implicadas na ideia de ‘falta’”. Quando a falta de audição se transformou em surdez, a sensação de falta deixou de existir e deu espaço para a identidade surda, deixando, então, de ser um problema para este estudante surdo, uma marca cultural.

Em outro relato, a descoberta da identidade aconteceu justamente através da convivência com pessoas ouvintes, quando estas, formadas por alunos de um curso de especialização em Tradução e Interpretação da Libras, interessadas em conhecer a cultura surda, mostraram para um estudante surdo as outras possibilidades de conviver com sua surdez:

Quando eu fui fazer minha Pós de Libras, ou seja, foi quando eu conheci pessoas que amavam os Surdos e finalmente passei a compreender que era possível as pessoas me amarem surda. Pois, até antes tinha muita vergonha e medo de ser rejeitada. Meu primeiro emprego foi de garçonne, rapidamente fui demitida, eram tantos os erros!! Depois, passei a trabalhar em órgão público, dando aula de turismo em comunidades, e foi justamente na época que aceitei minha surdez, e vi o quanto foi maravilhoso. Pois, logo no início avisava meus alunos e as formas de lidar comigo, e eles foram maravilhosos comigo (Reis, 2013, p. 120).

A influência positiva a que este estudante surdo foi exposto contribuiu para sua aceitação, deixando de ter uma deficiência e passando a ter uma diferença. Com isso, as mudanças foram notórias. Ao acompanhar este estudante surdo em um evento, foi possível registrar o momento de seu depoimento sobre as dificuldades enfrentadas antes de assumir sua identidade. Eis o relato:

Eu nasci com surdez leve, aos poucos fui perdendo gradativamente a audição e hoje escuto muito pouco. Quando eu fui para a escola era horrível, pois eu era taxada de retardada. Eu não conseguia ouvir direito o que a professora dizia e toda vez que eu fazia “hã?”, “o quê?” todo mundo ria de mim. Eu tinha vergonha de ser surda, eu escondia o meu aparelho jogando o cabelo pra frente, eu sofria porque achava que as pessoas só iriam me amar se eu fosse ouvinte. Foi num curso de intérpretes, vendo aqueles ouvintes querendo aprender libras e sentindo o carinho deles por mim, é que encontrei a minha identidade. Hoje sou surda oralizada e sinalizante. Sou feliz por ser surda. Sou diferente e isso não me envergonha mais (Reis, 2013, p. 120).

Em seu desabafo, percebe-se que a descoberta de sua identidade aconteceu quando viu que os outros poderiam aceitá-la mesmo sendo surda. A partir deste momento, a surdez passou a não incomodar, transformou-se apenas em uma diferença e não uma deficiência. Sacks (2010, p. 38) coloca que:

Os surdos sempre e em toda parte, foram vistos como “deficientes” ou “inferiores”? Terão sempre sido alvo, deverão sempre ser alvo de discriminação e isolamento? É possível imaginar sua situação de outro modo? Que bom seria se houvesse um mundo onde ser surdo não importasse e no qual todos os surdos pudessem desfrutar uma total satisfação e integração! Um mundo no qual eles nem mesmo fossem vistos como “deficientes” ou “surdos”.

Esta não é a realidade de todos os surdos, eles ainda são vistos somente pelo viés da deficiência por grande parte da população e acredita-se que uma das causas disso é o desconhecimento da existência da Cultura Surda. No contexto da educação, o reconhecimento do valor da identidade para a comunidade surda é um ponto crucial para que estratégias sejam traçadas no sentido de oferecer uma educação em iguais condições que os ouvintes e isso só será possível nas Escolas Bilíngues.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o Brasil ter uma legislação ampla e atualizada em muitos aspectos e que atende, inclusive, aos padrões internacionais, que nasceram de discussões e muitos encontros entre nações e as comunidades interessadas, na prática, tem tido dificuldade para ser concretizada. A inclusão escolar, vista pelo conceito de “incluir”, denota algo positivo, bom, pois agrega, permite, acolhe. Quem não quer ser incluído e se sentir aceito? Acredita-se que todos queiram isso. Porém, para que ocorra esta inclusão, este “aceite” tem que ser para todos os que estão supostamente excluídos. E, para que isso ocorra, todas as questões como identidade, cultura e diversidade têm que ser levadas em consideração para que incluir não signifique somente “estar junto”, mas também “crescer, aprender e se desenvolver junto”. É isto o que a escola inclusiva deve oferecer a todos os seus alunos.

Os surdos estão nas escolas inclusivas e esta não é a melhor escola para eles. É preciso resguardar o direito a uma educação bilíngue para os surdos. São eles que estão sendo prejudicados na escola inclusiva. Mas, por que os surdos veem a inclusão com tanto pessimismo? Será que é porque esta inclusão que acontece nas escolas ainda não contempla sua diferença? Na verdade, percebe-se que os surdos não são contra a inclusão, eles são sim, a favor da inclusão que está pautada em todos os documentos oficiais e nas diversas pesquisas acadêmicas que apontam a Escola Bilíngue como a ideal para a equidade na Educação de Surdos. A luta por uma educação de qualidade para todos os estudantes surdos deve ser incansável.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Brasília: CORDE, 1994.

DORZIAT, A. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**. v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. Santa Maria, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOPES, M. C. O discurso surdo: a escuta dos sinais. *In*: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, O. **Vendo Vozes**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.